

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



EXPRESSO	26. JAN. 1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Pintasilgo, Olimpíadas e emigração — problemas entre Governo e o PR

OS MOTIVOS de fricção entre o Governo e a Presidência da República poderão conhecer novos desenvolvimentos especialmente nas áreas da política externa e da emigração, fricção essa resultante de orientações diversas entre os Executivos Pintasilgo e Sá Carneiro.

Na área de política externa vem, em primeiro lugar, a continuação ou não do ex-primeiro-ministro, na Embaixada da Unesco, em Paris.

Fontes bem informadas confirmaram ao EXPRESSO que Sá Carneiro comunicou, ontem, a Ramalho Eanes a posição do seu Governo em exonerar Maria de Lurdes Pintasilgo. Por outro lado, Maria de Lurdes Pintasilgo não está disposta a pôr o seu lugar à disposição, no que será corroborada pelo Presidente da República. Sendo assim, a posição do Governo, comunicada a Eanes, poderia ser a de que Maria de Lurdes Pintasilgo ficaria retida em Lisboa, "por conveniência de serviços".

Um outro ponto de atrito ou mal-estar poderia resultar da

convicção existente no Governo de que o Presidente dos Estados Unidos, Carter, escrevera uma carta pessoal a Ramalho Eanes, solicitando o boicote, por parte do nosso país aos Jogos Olímpicos, no caso da União Soviética não retirar as suas tropas do Afeganistão.

Entretanto, nos próximos dias, a Presidência da República disseram-nos que Eanes não havia recebido nenhuma carta do seu homólogo dos Estados Unidos.

O melindre do Governo, a ser verdade a existência da carta, projectar-se-ia na Presidência americana por nem sequer haver informado o Governo português.

A propósito do boicote aos Jogos Olímpicos, de acordo com declarações do brigadeiro Sales Grade, presidente do comité nacional, continua a trabalhar-se intensamente com vista a preparar a nossa representação o melhor possível. O comité português decidiu, entretanto, não fazer mais declarações, esperando pelo desenvolvimento da situação.

De qualquer maneira, em caso de boicote decidido pelas au-

toridades políticas, sejam elas quais forem, as diversas federações deverão fazer um plenário, a fim de discutirem o caso, de acordo com a Carta Olímpica que distingue e exige que se não confundam os planos político e desportivo.

Cuidar o Futuro das Comunidades

Na área específica da emigração, o Governo vai pedir a ratificação com suspensão da execução do Decreto-Lei 462/79 de 30 de Novembro sobre a realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, previsto para Junho de 1980, decreto em que se fala também das Comemorações do IV Centenário da morte de Camões. De acordo com o mesmo decreto, "é criada a comissão organizadora do I Congresso das Comunidades Portuguesas... cujo presidente será nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro."

Neste decreto são reguladas todas as nomeações que já foram feitas pelo anterior Governo. O secretário-geral do Congresso é o comandante Costa Correia.

Entretanto a verba a despendar com a realização do Congresso ascenderia a cerca de 65 mil contos, para além dos 25 mil para o Dia das Comunidades à responsabilidade do conselheiro da Revolução, Vítor Alves.

Já houve, porém, uma reunião preparatória com vista à realização do Congresso, em que o Governo se não fez representar por haver pedido a ratificação do decreto que regula a sua presença. Também o ministro das Finanças não autorizou a movimentação de uma verba de 5 mil contos que Vítor Alves havia pedido. A não autorização baseia-se nas mesmas razões: o pedido de ratificação do decreto.

Quanto às Comemorações de Camões soubemos que o Governo está decidido a levá-las para a frente, mas quer ser ele a conduzi-las.